

Aparência e realidade (1)

Na história do Brasil, o general Lott foi a única pessoa que confessou ter dado um golpe. Mas disse que tinha sido um golpe preventivo, em defesa da legalidade.

Após o suicídio de Getúlio, em agosto de 1954, assumira o vice-presidente, Café Filho; sob a presidência deste realizaram-se as eleições de 1955, saindo vencedor Juscelino Kubitschek, que derrotou nas urnas o candidato da UDN, Juarez Távora.

Liderada por Carlos Lacerda, a UDN, primeiro na justiça eleitoral, depois na imprensa e nos quartéis, insurgiu-se contra a posse de Juscelino, dizendo que ele, com 36% dos votos, não conseguira maioria absoluta. Essa tese, carente de legalidade, foi assumida por lideranças militares. Ao presidente Café Filho cabia punir o porta-voz dos insurretos, coronel Bizarria Mamede, que lhe estava diretamente subordinado; todavia, internou-se em hospital, tendo assumido a presidência o deputado Carlos Luz, presidente da Câmara. Negando-se este a punir o coronel Mamede, o ministro da Guerra, que era o general Lott, pediu demissão, pegou o quepe e foi para casa, de onde articulou a deposição do presidente, a posse do terceiro na sucessão (o senador Nereu Ramos), e, em janeiro de 1956, a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Em torno dessa expressão – golpe em defesa da legalidade – fizeram-se então muitos comentários jocosos, visto tratar-se de uma contradição em termos.

Há outra circunstância que entrega, a esse golpe, um lugar especial na história do Brasil: é que sua ocorrência foi expressamente reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, não obstante sem atribuir, a tal declaração, os necessários efeitos jurídicos.

Na democracia, a única defesa que se enxerga contra um golpe armado, ao tomar o poder, é o judiciário, a quem cabe proteger a Constituição e a legalidade. Saindo do hospital, e dizendo-se restabelecido, Café Filho quis reassumir sua cadeira, e, sendo obstado, bateu às portas do Supremo Tribunal Federal. Ficou célebre o voto do ministro Nelson Hungria, segundo o qual o Supremo não tinha como opor-se às baionetas. E o STF, por maioria de votos, com base nesse argumento, negou a segurança impetrada por Café Filho.

Tanto quanto a confissão de Lott, essa é uma declaração não só atípica, mas excepcional. Juízes, postos diante de circunstâncias imperiosas como essas – em que se atropela o Estado de Direito – em geral tergiversam, buscando ocultar, atrás de uma retórica escusa, a sua cumplicidade.

Não há quem, tendo comandado um golpe de Estado, se diga golpista; nem há quem, tendo-o apoiado, se considere golpista.

Isto não acontece apenas por ser feio o golpismo; e por preferirmos esconder o que é feio, disfarçando, de bonito, o que fazemos de errado. Isso também acontece porque muitos golpes, tendo nascido como o patinho feio, se transformam, com o tempo, em bonitos.

Golpe é feio, revolução é bonito. A tomada do poder por Getúlio, em 1930, foi um golpe que a história, em seu curso, viria a consagrar como revolução.

Hoje, até as crianças sabem que a tomada do poder pelos militares, em 1964, foi um golpe. Mas, enquanto vigente a repressão, ninguém ousava falar em golpe: os militares, as autoridades, a mídia e as pessoas de bem falavam em “revolução”. A começar do ato institucional, em abril, os golpistas tentaram encobrir, sob as aparências, a realidade; e se esforçaram por caracterizar-se como revolucionários, cujo propósito era combater a corrupção e a subversão comunista.

De fato, foram assim tratados, enquanto durou a fraude.